

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	5
INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 – RENDIMENTO ADEQUADO EM PORTUGAL:	
EXPERIÊNCIAS E CONCEÇÕES	19
1.1. Necessidades humanas e dignidade	20
1.2. Mínimos sociais e necessidades humanas em Portugal	22
1.3. Necessidades humanas e Assistência Social no Estado Novo	23
1.4. O planeamento económico e as novas conceções sociais nos anos 1960	31
1.5. Os primeiros estudos sobre rendimento adequado em Portugal	33
1.6. Um rendimento adequado em Portugal: porquê este estudo?	44
1.7. Cálculo do rendimento adequado: breve evolução dos métodos	46
CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA DE DETERMINAÇÃO	
DO RENDIMENTO ADEQUADO	53
2.1. A abordagem consensual dos orçamentos de referência	55
2.2. As fases do projeto de investigação	58
2.3. Conceito de padrão de vida digno	59
2.4. O desenvolvimento dos orçamentos de referência	63
2.5. Os tipos de agregados familiares e a utilização de vinhetas	73
2.6. A seleção das localidades para a realização dos grupos de discussão	78
2.7. O recrutamento e a seleção dos participantes para os grupos de discussão	81
2.8. A composição dos grupos de discussão	85
2.9. Garantias de qualidade no funcionamento dos grupos de discussão	90
CAPÍTULO 3 – DEFINIÇÃO DE NÍVEL DE VIDA DIGNO	
E A SUA OPERACIONALIZAÇÃO	101
3.1. A abordagem das capacidades de Amartya Sen e de Martha Nussbaum	103
3.2. Teorias das necessidades segundo Max-Neef e Doyal & Gough	108

3.3. Uma tentativa de síntese: a matriz de necessidade <i>raP</i>	112
3.4. Os grupos de orientação e o nível de vida digno: uma visão consensual	114
3.5. Definição de nível de vida digno em Portugal e comparações internacionais	131
CAPÍTULO 4 – A CONSTRUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DE REFERÊNCIA	137
4.1. Os pressupostos dos casos	138
4.2. A opinião dos peritos: nutrição, habitação e saúde	146
4.3. A observação dos preços e o cálculo da despesa mensal	160
4.4. As categorias de despesa <i>raP</i> e a comparação imperfeita com as áreas de despesa observada no IDEF	166
CAPÍTULO 5 – O VALOR DO RENDIMENTO ADEQUADO PARA OS VÁRIOS TIPOS FAMILIARES	169
5.1. Considerações gerais sobre o método	170
5.2. Valores do rendimento adequado por tipos de famílias	173
5.3. Orçamentos de referência da população idosa	175
5.4. Orçamentos de referência das pessoas em idade ativa sem filhos a cargo	183
5.5. Orçamentos de referência das pessoas em idade ativa com filhos a residirem consigo	188
5.6. Uma análise comparativa dos vários tipos de famílias	194
5.7. Considerações finais	202
CAPÍTULO 6 – DISPARIDADES GEOGRÁFICAS	205
6.1. Apreciação do contexto	207
6.2. Conceções de dignidade de vida	212
6.3. Necessidades de habitação e seu conforto	215
6.4. Necessidades de bens e serviços	217
6.5. Modalidades de acesso aos bens e serviços	222
6.6. Aspectos conclusivos	223
CAPÍTULO 7 – AS ESCALAS DE EQUIVALÊNCIA NO RENDIMENTO ADEQUADO	225
7.1. Economias de escala no consumo	227
7.2. Conceito e tipos de escalas de equivalência	230
7.3. Métodos de determinação de escalas de equivalência	232
7.4. Escalas de equivalência pelo método consensual (<i>projeto raP-Portugal</i>)	235
7.5. Uma análise por categorias de despesa	237
7.6. Considerações finais	242

CAPÍTULO 8 – RENDIMENTO ADEQUADO, DÉFICES DE BEM-ESTAR E POLÍTICAS PÚBLICAS	245
8.1. Défice Social (<i>DS</i>) e Pobreza Relativa (<i>PR</i>) dos agregados familiares	247
8.2. Défice social: rendimento efetivo e rendimento adequado	249
8.3. Défice social e privação material	257
8.4. Rendimentos mínimos relevantes para a população idosa	259
8.5. Rendimentos mínimos relevantes para os indivíduos em idade ativa sem filhos a residirem consigo	263
8.6. Rendimentos mínimos relevantes para os indivíduos em idade ativa com filhos a residirem consigo	264
CONCLUSÕES	267
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	275
ANEXOS	285
Anexo 1: Guião dos grupos de orientação	287
Anexo 2: Guião dos grupos de verificação	291
Anexo 3: Quadros complementares do capítulo 5	297
Anexo 4: Quadros complementares do capítulo 7	301
Anexo 5: Quadros complementares do capítulo 8	305
EQUIPA DE INVESTIGAÇÃO DO PROJETO <i>RAP-PORTUGAL</i>	309